

Previdência Social/ Outros

capítulo 5

O Prof. Pinotti sempre defendeu a Previdência Pública, não só pelo necessário amparo à velhice como, também, pelas experiências mal-sucedidas da Previdência Privada nos outros Países, que seguem uma história de calote. Chegou a mudar de partido, algumas vezes, para continuar defendendo o interesse dos idosos. Tem uma posição bastante eclética - que pode ser verificada nos artigos por ele publicados - de colocar, com muita clareza, a necessidade de um maior número de anos de trabalho por causa da transição demográfica que estamos vivendo, mas, também, de preservar os direitos do aposentado. A Reforma da Previdência, na denúncia do Prof. Pinotti, foi uma forma de implantação da previdência privada. Tudo o que foi feito acaba sendo dirigido para melhorar o lucro das Operadoras de previdência privada que, no fundo, são os bancos e, a maior prova disso é que, do começo da reforma da previdência até agora, a carteira da previdência dos bancos privados aumentou mais de 10 vezes. O conceito de velhice produtiva, da Organização das Nações Unidas, e a transição demográfica demandam uma mudança na previdência, entretanto, isso deve ser feito sem

que os aposentados percam os seus direitos e sejam vítimas do calote e da exploração da previdência privada que têm sido uma constante histórica no nosso e nos demais Países.

Nos artigos do Prof. Pinotti pode-se perceber a realidade de que a previdência consome 30% do orçamento da Nação. É uma realidade, também, que os juros da dívida consomem 48% desse orçamento, como aconteceu neste ano de 2006. É, também, uma realidade que, há 15 anos atrás, a previdência consumia 35% do orçamento – um pouco mais do que hoje – e, nesse período, o número de idosos têm aumentado 5% ao ano, portanto, dobrou praticamente. Não há como exigir mais sacrifícios dos idosos, talvez, e essa é uma postura constante do Prof. Pinotti, possa-se diminuir o lucro dos bancos, diminuindo os juros e esse percentual absurdo - que chega ser a metade do dinheiro da nação – que é pago para os juros de uma dívida que se tornou impagável.